

EDA Renováveis assina contrato de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Segundo comunicado enviado à nossa redacção, “em 2021 a EDA Renováveis assinou com o Governo Regional dos Açores um contrato de financiamento para o aumento da potência geotérmica nos Açores, para a produção de energia eléctrica, no âmbito do sub-investimento C14-i03.01-RAA do PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, que visa contribuir para a transição energética no arquipélago. Uma das fases do projecto consiste no incremento da potência da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 12 MW, ou seja, uma duplicação da potência aí instalada, que contribuirá para aumentar significativamente a produção de electricidade de origem renovável na ilha de São Miguel com contributos significativos no mix energético açoriano”.

A ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho “será abastecida pelo calor do fluido geotérmico produzido pelos novos poços PV12, PV13 e PV14, já construídos, os quais têm capacidade suficiente para suportar a instalação de um novo grupo gerador de 12 MW. Esse investimento no incremento e revitalização da potência útil instalada em energia geotérmica permitirá um aumento da descarbonização do sector eléctrico nos Açores, por via do aumento da energia limpa por substituição de parte da energia térmica de base fóssil. Até Julho de 2024 a produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis representou cerca 33,8% do valor global da Região, sendo que, destes, cerca de 23% provém da geotermia”.

Nesse contexto, “para o aumento da potência geotérmica instalada, a EDA Renováveis lançou um concurso público internacional para uma empreitada de obras públicas para a construção da nova Central Geotérmica do Pico Vermelho”.

“O valor do contrato foi estimado em quarenta e quatro milhões de euros,



apurado com base no conhecimento do mercado, que advém da construção de outras centrais geotérmicas noutros locais do planeta, conjugado com as condições específicas do projecto e da sua execução”, refere.

Assim, “findo o prazo estabelecido para a apresentação das propostas, o contrato foi adjudicado ao consórcio constituído pela OrmatInternational Inc. & CME - Construção e Manutenção Electromecânica, S. A.”.

A OrmatInternational “lidera o sector geotérmico global: explorando, projectando, desenvolvendo, construindo e operando centrais geotérmicas em todo o mundo. É uma empresa que possui avançada tecnologia geotérmica e oferece flexibilidade e soluções optimizadas. A CME - Construção e Manutenção Elec-

tromecânica, S. A. é uma empresa portuguesa, com uma equipa multidisciplinar, altamente qualificada, que desenvolve projectos integrados de engenharia, procurement, construção e arranque de unidades de produção de energia, entre outros”, afirma.

No dia 27 de Agosto, “a EDA Renováveis assinou o contrato com o consórcio OrmatInternational Inc. & CME - Construção e Manutenção Electromecânica, S. A., que se constitui o primeiro passo para se atingir o ambicioso objectivo de termos uma maior resiliência aos efeitos das alterações climáticas no sistema energético da Região Autónoma dos Açores, através da utilização de energias endógenas e renováveis, e contribuir para aumentar a auto-suficiência energética do Arqui-

pélago”, explica.

“A assinatura deste contrato representa um marco decisivo no caminho para a transição energética nos Açores, consolidando o compromisso da Região com um futuro mais sustentável e resiliente. A concretização da nova Central Geotérmica do Pico Vermelho não só duplicará a potência instalada no Pico Vermelho, como também reforçará a liderança da nossa região insular na produção de energia limpa. Este projecto que também se constitui um avanço técnico, é um passo essencial para assegurar um futuro energético mais verde, seguro e independente para as gerações futuras. Este é um momento onde se demonstra que a Região está na vanguarda da luta contra as alterações climáticas”, finaliza o comunicado.

Governo dos Açores atribui 450 bolsas de estudo para apoio a estudantes do Ensino Superior

O Governo Regional dos Açores atribui, através da Secretaria da Saúde e Segurança Social, no ano de 2024, um total de 450 bolsas de estudo no valor anual de €2.750,00 para assegurar a continuidade de apoios aos estudantes que desejam prosseguir os seus estudos no Ensino Superior, num investimento alicerçado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e de valor até €1. 237,500.

A partir de 9 de Setembro decorrerá o período de apresentação de candidaturas a este Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

O período de candidaturas termina um mês mais tarde, a 9 de Outubro.

Esta medida, considera a Secretária Regional com a pasta da Segurança Social, Mónica Seidi, “é representativa da aposta na qualificação dos aço-



rianos, em particular dos estudantes residentes na Região Autónoma dos Açores há, pelo menos, três anos e que, querendo prosseguir os seus estudos, encontram uma série de obstáculos”.

A governante acrescenta que “esta é mais uma medida do Governo de Coligação para mitigar as dificuldades que as famílias encontram quando desejam que o Ensino Superior faça parte do seu percurso de vida”.

Mobilidade intercarreiras e intercategorias alargada aos trabalhadores dos hospitais

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024 veio concretizar um conjunto de compromissos do Governo Regional dos Açores em benefício dos trabalhadores da Administração Pública Regional, que visam corresponder às legítimas expectativas daqueles que, diariamente, com profissionalismo e empenho, servem a causa pública.

Entre esses compromissos está o alargamento aos trabalhadores dos hospitais da Região da possibilidade de beneficiarem de mobilidades intercarreiras ou intercategorias, o que permite, à semelhança do que já acontece desde 2022 com os trabalhadores da Administração Pública Regional, que as instituições hospitalares, reconhecendo o interesse público e a mais-valia para o serviço dessas mobilidades, e desde que os trabalhadores possuam as habilitações adequadas, possam solicitar autorização para que esses trabalhadores transitem, em mobilidade, para carreiras ou categorias, em regra, de complexidade superior àquelas em que



estão inseridos.

Esta medida agora operacionalizada, através de orientação aos hospitais da Região, irá permitir que os trabalhadores que aí trabalham vejam reconhecidas as suas competências e habilitações académicas que entretanto adquiriram, sempre numa lógica de optimização de recursos humanos e de eficácia e eficiência dos serviços envolvidos.

Pretende-se, com este alargamento, promover a valorização profissional e, em última instância, reforçar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população dos Açores.